

APRESENTAÇÃO

Maria da Conceição de Paiva (UFRJ)

Maria Luiza Braga (UFRJ)

O final do século XX e início deste século viram florescer um número considerável do que, de forma mais geral, podem ser considerados modelos, ou talvez, melhor dizendo, abordagens baseadas no uso. Apesar de várias diferenças epistemológicas e metodológicas, estes diversos modelos partilham o pressuposto da indissociabilidade entre estrutura e uso linguístico, ou, em outros termos, entre forma e função. Em oposição ao conceito de sistema linguístico autônomo, modelos linguísticos baseados no uso preconizam que os eventos linguísticos se refletem tanto na produção como na interpretação das formas linguísticas e que uma descrição mais adequada da natureza da linguagem passa, necessariamente, pela identificação da forma como são construídos os atos linguísticos, sua contraparte social e cognitiva.

De acordo com esta perspectiva, algumas fronteiras são colocadas em causa, tais como aquelas entre sincronia/diacronia, sistema linguístico/outros sistemas cognitivos, e são destacadas questões ligadas à frequência de uso das formas linguísticas, à variação e mudança, aos princípios de categorização, ao papel do contexto. Este último ganha relevância crucial, na medida em que regularidades contextuais recorrentes podem ser convencionalizadas e se tornar parte integrante do significado das formas linguísticas.

A consequência mais imediata dessa perspectiva dinâmica da linguagem concerne ao objeto de estudo: a língua efetivamente produzida pelos falantes, em situações reais de comunicação. É através desta via que se torna possível depreender e explicar regularidades subjacentes à instanciação diversificada dos atos linguísticos, à experiência linguística do falante/ouvinte, aos padrões de distribuição de estruturas alternativas e seus correlatos sociais, geográficos e culturais.

Algumas destas questões são discutidas na entrevista concedida a Torrent por Joan Bybee, expoente de um modelo teórico que defende a ideia de que os mecanismos cognitivos subjacentes à produção linguística são comuns a outras capacidades humanas. Na entrevista, a autora re-situa a evolução dos modelos baseados no uso, os seus objetivos em versões mais recentes e salienta o poder explicativo destas abordagens para a compreensão tanto da forma de organização das línguas humanas como da sua evolução.

Os artigos que integram este volume partilham, ainda que de forma diferenciada, os pressupostos brevemente delineados acima, em especial os que assumem a interrelação entre forma e função e a conjugação entre os eixos sincrônico e diacrônico.

O primeiro conjunto de trabalhos é mais centrado numa abordagem cognitiva e, mais especificamente, nos pressupostos da Gramática de Construções. Soares da Silva defende a tese de uma interface entre Sociolinguística e Modelos Cognitivos - a Sociolinguística Cognitiva – como abordagem mais eficaz para a “desconstrução da noção de sistema linguístico” e explicação da heterogeneidade intrínseca às línguas. Orientada para o significado e o uso, a Sociolinguística Cognitiva parte do pressuposto de que a língua é um sistema dinâmico complexo em que interagem fatores sociais e cognitivos. Segundo o autor, esta perspectiva é capaz de capturar convergências, divergências e outras distâncias entre quaisquer variedades linguísticas.

Com o objetivo de ilustrar a aplicabilidade da Sociolinguística Cognitiva, o autor se debruça sobre diferenças lexicais entre o português brasileiro e o português europeu, mais especificamente nos campos do *futebol* e *vestuário*, ao longo dos últimos 60 anos. A partir de uma análise socioletométrica de dados representativos dos registros formal e informal, o autor conclui que há maior divergência entre as duas variedades no uso de termos do vestuário. Depreende, ainda, maiores alterações diacrônicas no português brasileiro, no que se refere ao léxico do futebol.

Sigiliano investiga as Construções de Aspecto Inceptivo formadas por [$V1_{fin}$ (*prep*) $V2_{inf}$], em português, a partir da hipótese da corporificação da linguagem defendida por Lakoff (2006 [1979]); Lskoff e Johnson (2002 [1980]), Johnson (1987); Lakoff (1987); Goldberg (1995; 2006); Gallese e Lakoff (2005); Gibbs e Matlock (2008), entre outros. Com base na metáfora TEMPO É ESPAÇO, conceptualiza a categoria gramatical de aspecto e propõe que a marcação de aspecto inceptivo destacaria o início de um movimento em uma trajetória. Mostra que em línguas diversas, tais como português, espanhol, francês, japonês e estoniano, as Construções de Aspecto Inceptivo compartilham um atributo: a presença de verbos sinalizadores de movimento corporal que passam a marcar a fase inicial de um estado de coisas, quando se antepõem a um verbo no infinitivo. Argumenta que a presença das metáforas de movimento nas Construções Aspectuais Inceptivas das várias línguas aponta para a continuidade entre a capacidade da linguagem e as demais capacidades cognitivas, todas fundadas na experiência humana no mundo. A partir disso, mostra que as escolhas dos itens lexicais que ocorrem nas Construções Aspectuais Inceptivas são motivadas.

O artigo de Rios de Oliveira se sustenta na interface entre funcionalismo e modelos cognitivos, especialmente nas proposições de Bybee (2010), para defender a hipótese de um *continuum* de gramaticalidade de padrões construcionais formados por advérbios locativos – SN + proforma locativa, proforma locativa + verbo e verbo + proforma locativa – no português brasileiro contemporâneo. Na perspectiva da autora, tais padrões se distribuem ao longo de um *cline* de vinculação sintático-semântica. Enquanto a construção SN + proforma locativa está mais próxima do nível lexical, a construção verbo + locativo se situa num pólo de maior integração, cumprindo propósitos comunicativos bem específicos.

A análise da autora exemplifica bastante bem questões ligadas à prototipicidade, gradiência e atuação dos processos metonímicos. O deslocamento funcional e categorial das proformas adverbiais locativas opera sob pressão de relações associativas, ou seja, metonímicas, o que requer considerar o contexto em que ocorrem as construções por elas constituídas.

Lemos de Souza focaliza a formação de palavras como um fenômeno semântico com repercussão morfológica. Em diálogo com o lexicalismo gerativo, segundo o qual a formação de palavras é um

fenômeno formal sensível ao fator semântico, o autor apresenta exemplos de substantivos em *-ção* e em *-mento* a partir do mesmo verbo, tendo em vista a definição de nome e verbo como modos de processamento cognitivo e a distribuição dos substantivos deverbiais conforme princípios gerais de organização da linguagem. A oposição entre interpretação verbal (presente em *alinhamento* e *balanceamento*) e interpretação nominal (presente em *direção* e *suspensão*) é caracterizada como resultado de fatores cognitivos, como a oposição entre episódio e região e subjetivização. Concluindo, o autor ressalta a maior adequação dos pressupostos da Linguística Cognitiva para o tratamento da formação de palavras, entendida em termos de ativação de padrões morfossemânticos, e não de processos e regras.

Os artigos seguintes se alinham a pressupostos teórico-metodológicos mais gerais da Gramática Discursivo-Funcional (GDF), segundo a versão proposta por Hengeveld e Mackenzie (2008). No seu artigo, Olbertz defende que o conceito de miratividade proposto pelos autores constitui um mal-entendido, já que eles confundem miratividade com ilocução exclamativa. A autora sustenta, com base em dados do espanhol equatoriano das terras altas, que a miratividade é uma distinção semântica diferente que deve ser interpretada no modelo Discursivo-Funcional como um operador modal do nível representacional. As diferenças entre os conceitos de miratividade e exclamação são de várias ordens: (i) diferentemente da ilocução exclamativa, conteúdos proposicionais mirativos podem apresentar polaridade negativa; (ii) conteúdos proposicionais mirativos podem ocorrer em orações relativas não-restritivas, o que é vedado às ilocuções exclamativas; (iii) conteúdos proposicionais mirativos podem ocorrer em atos com ilocução declarativa ou interrogativa, o que prova que não são ilocuções.

Valendo-se da classificação dos evidenciais proposta pela Gramática Discursivo-Funcional, Vendrame-Ferrari parte da hipótese de que os verbos de percepção *ver*, *ouvir* e *sentir* podem servir à expressão da evidencialidade em língua portuguesa. Tendo em vista que o fenômeno em estudo está relacionado, em primeiro lugar, com os significados dos verbos, analisa as diferenças entre os tipos evidenciais codificados por eles no Nível Representacional da GDF. Nesse Nível, a identificação do tipo evidencial expresso por cada verbo é feita levando-se em conta tanto a natureza semântica do verbo de percepção quanto a natureza semântica da oração que contém a informação que o falante deseja veicular. A descrição semântica dos casos de evidencialidade expressos pelos verbos de percepção pode ser resumida da seguinte forma: i) evidencialidade reportativa: codificada pelos verbos *ver* e *ouvir* quando eles apresentam uma informação linguística retransmitida pelo Falante; ii) evidencialidade inferida: codificada pelos verbos *ver*, *ouvir* e *sentir* quando eles apresentam um cálculo mental do Falante; iii) evidencialidade direta: codificada pelos verbos *ver*, *ouvir* e *sentir* quando expressam que o Falante presenciou o acontecimento de um Estado-de-Coisas (a unidade com a qual o verbo se relaciona, nesse caso, é o Estado-de-Coisas). Conclui que os diferentes valores evidenciais associados a esses verbos demonstram a variedade de recursos linguísticos de que os falantes do português dispõem quando decidem explicitar a forma como obtiveram as informações que transmitem.

O terceiro grupo de artigos reunidos neste volume analisa o uso da língua sob uma perspectiva que podemos denominar mais estritamente variacionista. Colocam em foco seja o uso de formas linguísticas como marca de identidade social seja as restrições estruturais e sociais que operam sobre processos variáveis. O objetivo central do artigo de Mendes é verificar, na produção linguística, a percepção de que o uso de diminutivos pode estar correlacionado a identidades de sexo/gênero.

O autor analisa o uso do diminutivo como uma marca linguística de identidade sexual, através da comparação da fala de homens e mulheres homossexuais e heterossexuais, tomando como ponto de partida as evidências fornecidas por testes de percepção, nos quais essa forma é caracterizada como mais típica da linguagem feminina.

O estudo de amostras sociolinguisticamente controladas permite comprovar um paralelismo entre percepção e produção no que tange à fala feminina: mulheres utilizam mais diminutivos (tanto com referência concreta como com referência abstrata), em oposição aos homens, que parecem evitá-los. Verifica, ainda, que essas formas se revelam ainda mais frequentes na fala de homens gays que alegam distanciar-se de um modo de ser mais prototipicamente masculino, ao passo que são menos frequentes na fala de homens gays e lésbicas que dizem preferir uma projeção social mais masculinizada.

Oliveira focaliza o uso da forma simples e da perífrase *ir + infinitivo* na mídia jornalística da cidade de Salvador. Comparando dados de três jornais voltados para públicos alvo diferentes, a autora busca identificar, através de uma análise multivariacional os fatores que influenciam a expansão da perífrase, a forma mais inovadora para a expressão do tempo futuro em português.

O artigo mostra que, embora a forma sintética de futuro ainda seja predominante na escrita jornalística, podem ser constatados índices expressivos da perífrase *ir + infinitivo* nos textos jornalísticos, de forma um pouco diferenciada de acordo com o tipo de jornal. A autora confirma a relevância de variáveis estruturais que, inclusive, constituem vetores do processo de mudança em avançado curso de implementação na fala. De forma geral, a perífrase *ir + infinitivo* é mais frequente com verbos de ação/movimento, verbos morfologicamente regulares e com sujeitos de 1^a. pessoa (do singular ou do plural). O artigo contribui para mostrar a complementaridade entre fala e escrita no que se refere ao uso de formas linguísticas: enquanto a perífrase é a forma dominante de expressão de futuro na fala, a forma simples ainda predomina na escrita.

O artigo de Rodrigues problematiza a alegada fragilidade da coda no português europeu, a partir da comparação de processos que atingem /Γ /, /l/ e /S/ nesta posição. Partindo de uma perspectiva da Fonologia Autossegmental, a autora admite, como ponto de partida, que estes segmentos possuem uma tendência mais geral a preencher uma posição de ataque vazia, como, por exemplo, pela inserção paragógica no caso de /Γ/, preservando, assim, a estrutura segmental. Na impossibilidade deste processo, os segmentos em coda podem ser ressilabificados no ataque da sílaba seguinte, fundidos a segmentos que os seguem na cadeia ou cancelados. O segmento lateral, mais especificamente, pode ser nuclearizado, como ocorreu no português brasileiro. As fricativas em coda, por sua vez, quando silabificadas em coda podem realizar-se como [+ anterior] e [- anterior], sob condições sociais mais específicas, como a idade do falante.

Considerando dados de diferentes variedades do PE, a autora discute os índices de ocorrência destes processos e defende que as codas apresentam graus diferenciados de fragilidade. A queda da vibrante em posição final, por exemplo, é muito mais expressiva do que a da fricativa e a queda de /l/, por sua vez, envolve, necessariamente, um processo de fusão com uma outra lateral no ataque da sílaba seguinte. Com base em indicações de estudos acústicos, a autora sugere a possibilidade de um processo de mudança para a nuclearização da lateral.

A relação entre forma e função ganha destaque especial no artigo de Decat que verifica sua importância para a caracterização dos gêneros textuais. A autora defende que não são os elementos formais, tomados por si mesmos, que determinam a especificidade de um gênero; ao contrário, postula que a ocorrência dos elementos formais está ‘atrelada’ às funções discursivo-pragmáticas exigidas pelo próprio gênero. As questões formais são discutidas por acreditar no poder de organização que têm as formas linguísticas. Sustenta que, uma vez que as propriedades sintáticas nascem do discurso, é impossível empreender uma análise separando a forma de sua função. Em outras palavras, é através da investigação da relação **forma/função** que se chega à caracterização dos gêneros como práticas sociais. Entende que a análise deve considerar que um gênero é uma materialização de formas (colocadas à disposição do usuário pelo sistema da língua) que estão a serviço dos objetivos comunicativos do gênero, refletindo suas funções no processo de interação. Nessa linha de raciocínio, defende o princípio, proposto por Du Bois (1993, p.11), de que “**a gramática é feita à imagem do discurso**” (entendido como “uso”), mas esse discurso, ou esse **uso**, “**nunca é observado sem a roupagem da gramática**”.

Longe de esgotar todas as possibilidades de análise do uso linguístico, mesmo porque focalizam fenômenos/aspectos específicos, os estudos reunidos neste volume ilustram de forma clara a aplicabilidade de pressupostos que ultrapassam a dicotomização entre língua e fala.